



1 **Ata elaborada conforme gravação em Mídia da Reunião Ordinária do Conselho**
2 **Municipal de Saúde de Araruama, realizada às 18:00 do dia 30 de novembro de**
3 **2020, na sala do Conselho Municipal de Saúde e por sistema de**
4 **videoconferência (aplicativo Zoom), para deliberarem sobre: 1 – Verificação de**
5 **presença e existência de “quórum” qualificado para a instalação do colegiado**
6 **pleno; 2 - Leitura e aprovação das ATAS anteriores; 3 – Despacho e Expediente;**
7 **4 – ORDEM DO DIA: 4.1 – SISPACTO 2020; 4.2 – PAS 2021 (relatório analítico);**
8 **4.3 – Leitura e apreciação do Plano Municipal dos Riscos Decorrentes dos**
9 **Desastres Naturais; 5 – ASSUNTOS GERAIS.**

10 Ao trigésimo dia do mês de novembro de 2020, às 18:00, na sala do Conselho
11 Municipal de Saúde e por sistema de videoconferência, foi dado início à Reunião
12 do Conselho Municipal de Saúde de Araruama, sendo abertos os trabalhos pela
13 Presidente Sra. Lucia Bedendo Vianna, que iniciou a sessão com a chamada dos
14 presentes, cumprindo assim o item **1 – Verificação de presença e existência de**
15 **“quórum” qualificado para a instalação do colegiado pleno**, Obtendo 13 (treze)
16 membros Titulares e 3 (três) Suplentes, totalizando em 16 (dezesesseis) o número de
17 Conselheiros presentes à reunião do dia. A seguir, passou-se ao item **2 – Leitura e**
18 **Aprovação das ATAS anteriores:** Foi colocada em votação a ata da Reunião
19 Ordinária do dia 26/10/2020. Sendo **APROVADA** por 12 (doze) votos e recebendo
20 apenas 01 (uma) abstenção. Passou-se ao item **3 – Despacho e Expediente;**
21 **Ofícios enviados: Ofício nº 119/20 CMS para SESAU:** Encaminhar a Resolução nº
22 132; **Ofício nº 120/20 CMS para ATOS:** Solicitar a publicação da Resolução nº 132;
23 **Ofício nº 121/20 CMS para ATOS:** Solicitar a publicação das atas das Reuniões
24 Ordinárias dos dias 27/07/2020 e 31/08/2020; **Ofício nº 122/20 CMS para ATOS:**
25 Solicitar a publicação do Edital da Reunião Ordinária do dia 30/11/2020; **Ofício nº**
26 **123/20 CMS para SESAU:** Encaminhar a publicação da Resolução nº 132. **Ofício**
27 **recebidos: Ofício nº 499/2020 SESAU/GABIN** para o **CMS:** Solicitar os atos das
28 decisões do CMS/AR homologadas pela Secretária Municipal de Saúde; **Ofício nº**
29 **500/2020 SESAU** para o **CMS:** Plano Municipal dos Riscos Decorrentes dos
30 Desastres Naturais; **Ofício nº 054/2020 FUMSA** para o **CMS:** Prestação de Contas
31 – setembro e outubro/2020. Segue o item **4 – ORDEM DO DIA: 4.1 - SISPACTO**
32 **2020:** A Conselheira Mary Lane, representando a SESAU, faz uma explicação acerca



33 do SISPACTO 2020, esclarece que esta pactuação segue uma série histórica para
34 definir os indicadores de saúde, que o acompanhamento dos resultados da
35 pactuação se dá através do Relatório Anual de Gestão, e suas ações estão previstas
36 na Programação Anual de Saúde, aprovada pelo CMS/AR em 2020. Enfatiza que os
37 indicadores foram pactuados de acordo com uma série histórica, que vem sendo
38 acompanhada pela Divisão de Vigilância em Saúde. A Conselheira Mônica
39 questiona a respeito dos quantitativos e valores, pois só recebeu a documentação
40 contendo os indicadores. A Conselheira Mary Lane explica que o resultado dos
41 indicadores se encontra no Relatório Anual de Gestão, elaborado até o dia 30 de
42 março e enviado para a apreciação do CMS, onde constarão os resultados
43 alcançados da pactuação, bem como as ações executadas e a execução
44 orçamentária. Já no SISPACTO, que é o objeto de apreciação da presente reunião,
45 constarão apenas os indicadores, seguindo o modelo elaborado por uma portaria
46 do Ministério da Saúde, apresentando os indicadores de saúde pactuados para
47 2020 junto ao Ministério e junto ao Estado, a partir de uma série histórica. Então, é
48 colocado em votação o SISPACTO 2020, sendo **APROVADO**, de forma unânime,
49 pelos Conselheiros presentes. **4.2 - PAS 2021 (relatório analítico):** A Conselheira
50 Mary Lane explica que em todo início de gestão é elaborado o Plano Municipal de
51 Saúde, o último é de 2018 a 2020; a cada ano desse Plano, as ações – como
52 diretrizes, objetivos, indicadores – são atualizadas para a elaboração da PAS. E,
53 como foi feito com a PAS de 2018, a PAS de 2019 e a PAS de 2020, todas
54 aprovadas pelo CMS/AR, esta PAS de 2021 também foi trazida para apreciação,
55 compondo o Plano Municipal de Saúde aprovado pelo CMS/AR. Também explica
56 que no final da PAS existe uma programação orçamentária, pois ela não só
57 apresenta indicadores, mas também as ações sobre os indicadores, o que será
58 desenvolvido e suas estimativas e que, por ser uma previsão orçamentária, pode
59 sofrer alterações podendo ser acompanhadas através do RAG (Relatório Anual de
60 Gestão). Considerando a Nota Técnica nº 07/2020 do MS com o CONASEMS, que
61 fala sobre a necessidade ou não de incluir nas programações as ações do COVID,
62 sugere que seja incluído o Plano de Contingência – que já fora aprovado pelo
63 CMS/AR – como um anexo da PAS 2021. Enfatiza que a PAS não é engessada, ela
64 é flexível, e explica que como a pandemia foi algo inesperado, não existe um



65 indicador específico em relação ao COVID, pois foi elaborada antes de se iniciar a
66 pandemia, por isso há a necessidade de se anexar o Plano de Contingência do
67 COVID-19. Então, é colocada em votação a PAS 2021, sendo **APROVADA**
68 recebendo 10 (dez) aprovações e 2 (duas) abstenções. **4.3 - Leitura e apreciação**
69 **do Plano Municipal dos Riscos Decorrentes dos Desastres Naturais:** A
70 Coordenadora da Vigilância em Saúde, Mari Helena, explica que este plano é feito
71 de dois em dois anos, e assegura que o Estado dê suporte ao Município na
72 ocorrência de desastres naturais - como desabamentos, enchentes. Também
73 informa que este plano está em pendência de envio para o Estado, ultrapassando
74 prazo, então existe uma urgência para apreciação pelo CMS/AR. Antes de
75 apresentar o plano, informa que o veterinário Jair Martins é o atual Coordenador
76 do VIGIDESASTRE e do Plano ora apresentado. Em sua apresentação, explica que o
77 Plano possui objetivo de elaborar uma estratégia de ação para o controle de
78 situações de risco decorrentes de ameaças naturais, reduzindo a população a elas
79 exposta. No caso de Araruama, informa que o destaque está nos alagamentos, que
80 possuem um impacto muito elevado. Faz uma breve explicação a respeito das
81 doenças que são agravadas devido à ocorrência destes desastres e apresenta um
82 resumo das últimas enchentes do Município de Araruama, destacando as
83 enchentes que afetaram localidades do bairro de Bananeiras, principalmente
84 Sapolândia, em 2013, deixando famílias desabrigadas. E o trabalho realizado junto
85 ao Corpo de Bombeiros, seja para conduzi-los de volta para casa, seja para doação
86 de alimentos, materiais de limpeza e medicamentos. Em 2015, havia 2500 pessoas
87 em situações de risco nessa localidade. Em fevereiro de 2016, após uma forte
88 chuva, 700 pessoas ficaram desalojadas. No ano de 2019, após outra forte chuva,
89 diversos bairros ficaram inundados. Em 2020, houve o acompanhamento das
90 famílias afetadas, com auxílio do Estado, após a enchente ocorrida nesta localidade.
91 Informa que, no plano, foram listadas as áreas mais afetadas com alagamentos:
92 Sapolândia, Clube dos Engenheiros, Jardim São Paulo, Parque Mataruna, São
93 Vicente e Bananeiras. Nestes bairros, exige-se um constante trabalho para abrigar
94 as famílias mais atingidas após as enchentes. Mas afirma que, em comparação ao
95 passado, a situação dos desastres naturais tem diminuído a sua gravidade. A
96 Presidente Lúcia, em relação às enchentes, questiona se tal situação é causada pela



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA DA CIDADE DE ARARUAMA
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde

197 limpeza dos rios ou se são decorrentes de outros fatores. A Coordenadora Mari
198 Helena explica que é um conjunto de fatores, mas que o maior problema é a
199 quantidade de milímetros de chuva que cai por um período pequeno nesses locais
200 propícios a alagamentos, não havendo vazão para o escoamento, assim como
201 ocorre em outros municípios. O Conselheiro Juarez explica que, nessa questão,
202 existe também uma influência do homem, tanto a tubulação de água por baixo da
203 ponte do Rio do Limão, quanto a existência de gigogas contribuem para diminuir a
204 vazão e ocasionar as enchentes. Na Sapolândia, cita a questão da ocupação
205 irregular do solo como fator agravante desta questão, pois aquela área é uma
206 bacia – abaixo do nível da lagoa – e não deveria ser ocupada. A Coordenadora
207 Mari Helena informa que aos moradores daquela localidade que sofreram com as
208 enchentes já foi dada, pelo governo de Araruama, oportunidade de sair de lá, a
209 qual foi recusada. A Conselheira Mary Lane considera que esta deve ser uma ação
210 intersetorial, envolvendo não apenas a Secretaria de Saúde, mas também a
211 Secretaria de Assistência Social e os centros de referência de Assistência Social,
212 englobando outros atores neste plano. O Conselheiro Juarez sugere que, além da
213 apreciação do Plano, sejam incluídas observações e ideias para evitar que estes
214 problemas permaneçam. O Conselheiro Leonardo afirma que esta questão de
215 retirar os habitantes destas áreas para outras deve ser bem planejada, pois engloba
216 outros fatores - como o medo, a desconfiança, o vínculo com o território. A
217 Presidente Lucia pergunta aos Conselheiros o que sugerem que deva ser feito em
218 relação ao plano. O Conselheiro Juarez sugere que seja colocada em votação, mas
219 também que sejam acrescentadas ressalvas e posteriormente marcada uma reunião
220 com os secretários responsáveis pelo plano, para elaborar as metas e oficializar as
221 decisões. A Presidente concorda com a sugestão e que será providenciada uma
222 reunião. O Coordenador do VIGIDESASTRE, Jair Martins, sobre as ações a serem
223 tomadas em relação a essas famílias, acredita que deva ser feito um planejamento
224 associando os problemas pertinentes aos seus atores, ordenando os problemas por
225 grau de prioridade e assim formular um passo a passo para se chegar ao objetivo.
226 A Conselheira Mary Lane sugere que essas ações e atividades – como reuniões,
227 discussões intersetoriais, controle social, a população do território – sejam incluídas
228 na Matriz de Responsabilidades presente no Plano, para então ser enviado ao



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA DA CIDADE DE ARARUAMA
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde

129 Estado com tais recomendações. Então, a Presidente Lúcia abre a votação para o
130 Plano Municipal dos Riscos Decorrentes dos Desastres Naturais com a inclusão das
131 recomendações expostas pela Conselheira Mary Lane, sendo **APROVADO**, de
132 forma, unânime, pelos Conselheiros presentes. Item **5 – ASSUNTOS GERAIS:**
133 **Presenças Titulares:** Ana Paula Bragança Correa (ONLINE), Karla Christina Teixeira
134 (ONLINE), Ana Maria Barroso O. Amaral (ONLINE), Juarez Rodrigues, Fábio de
135 Sant'Anna Magalhães (ONLINE), Elizabete Aparecida de Oliveira, Márcia Brandão
136 Wili da Silva Fanelli, Iracema S. Von Uslar (ONLINE), Leonardo Pereira de Oliveira,
137 Mônica Cardoso Domingues (ONLINE), Paulo de Tarso P. Fonseca (ONLINE),
138 Euclides Gomes da Silva (ONLINE), Lucia Bebendo Viana, Presenças Suplentes:
139 Mary Lane Madureira, Thays da Silva Araújo (ONLINE), Armando José R. Macedo. E,
140 não havendo mais nada a se declarar, foi dada por encerrada a sessão às 20:30,
141 com a lavratura da **ATA** feita por Lucas Ribeiro Lodi, que segue assinada pelo
142 mesmo e pela Presidente Sra. Lucia Bedendo Vianna